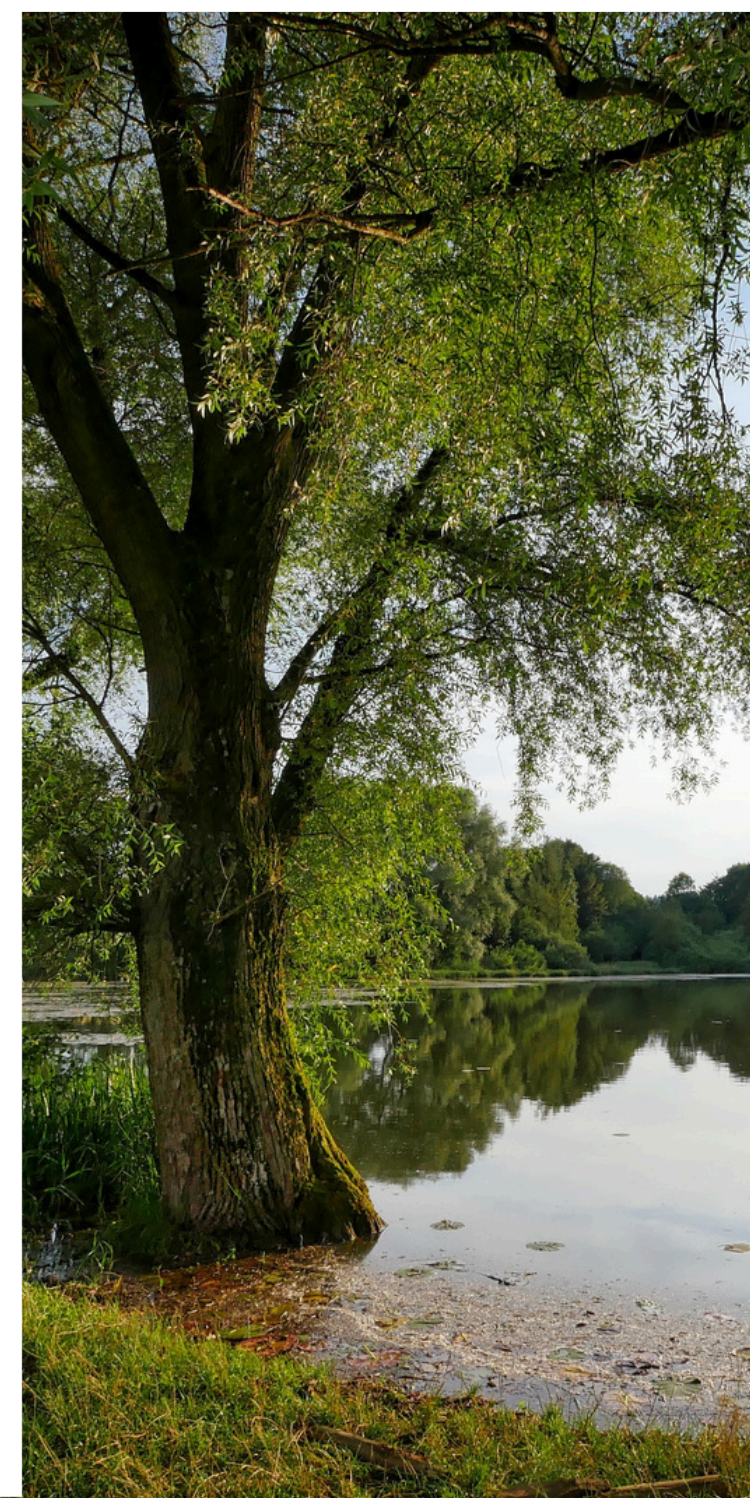




PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO





1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS apresenta seu Plano inicial de Descarbonização, em atendimento à Resolução nº 594, de 08 de novembro de 2024, que estabelece no seu artigo 3º:

Art. 3º O Programa será implementado pelos tribunais e conselhos com base nos seguintes pilares: I – inventário de emissões de GEE; II – redução de emissões de GEE; e III – compensação de emissões de GEE.

§ 1º Cada tribunal ou conselho deverá elaborar um Plano de Descarbonização, com o planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais.



2. COMPROMISSO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

O compromisso do TRT4 de reduzir e compensar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) teve início antes mesmo da publicação da Resolução CNJ nº 594/2024, visto que havia sido criado o projeto estratégico Carbono Neutro, em janeiro de 2024, buscando a realização do primeiro inventário de emissões de GEE.

Além disso, desde 2016, foi implementado o Plano de Logística Sustentável (PLS), que tem como objetivo a realização de melhorias buscam reduzir emissões de GEE, a saber:

- Estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade adotadas na organização;
- Promover a otimização do gasto público e a racionalização do uso de recursos naturais;
- Aprimorar a gestão da sustentabilidade no TRT4;
- Desenvolver parcerias para promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento da comunidade.

Após a finalização dos Inventários de Emissões de GEE, este Regional irá rever seu Plano Inicial de Descarbonização, ora elaborado, para incluir ações que irão abranger outras atividades emissoras que por ventura tenham sido apuradas.



3. OBJETIVO

De acordo com as orientações estabelecidas na Resolução CNJ nº 594/2024, os Tribunais deverão ter como objetivo geral:

- realizar e promover ações de sensibilização e capacitação para Magistrados (as), servidores (as), estagiários (as) e terceirizados (as) referente ao Plano de Descarbonização;
- alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030 (Agenda 2030 – ONU).



4. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Plano de Descarbonização: Planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais.

Gases de Efeito Estufa: estarão incluídos nas metas de redução e compensação de emissões de GEE os gases identificados no inventário, a saber: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e Hexafluoreto de enxofre (SF₆) e Gases - F (PFC/HFC).

Escopo 1 - Emissões diretas - emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), de fontes próprias ou controladas pela unidade judiciária inventariantes - Emissões de GEE controladas pelo TRT4.

Escopo 2 - Emissões indiretas - emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) associadas à geração de energia elétrica e/ou térmica comprada ou trazida para dentro dos limites organizacionais da unidade judiciária - Emissões de consumo de energia elétrica e térmica .

Escopo 3 - Emissões indiretas - emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em fontes que não sejam de propriedade e/ou controle da unidade judiciária - Emissões produzidas em deslocamentos aéreos realizados pelo pessoal a serviço do tribunal.

CATEGORIA	
ESCOPO 1	Combustão móvel
	Emissões fugitivasEquipamentos de refrigeração e ar-condicionado -
	Extintores de incêndio
	Efluentes líquidos
	Resíduos sólidos
ESCOPO 2	Aquisição de energia elétrica/ Eletricidade
ESCOPO 3	Viagens/deslocamentos a serviço em avião, ônibus, automóvel
	Deslocamento de pessoal em veículo próprio, da casa para o trabalho e vice-versa
	Resíduos Sólidos gerados na operação
	Efluentes gerados

5. AÇÕES DE MITIGAÇÃO



	Item	Ação	Meta	Prazo
Escopo 1	TRANSPORTE SUSTENTÁVEL	Aumentar o abastecimento da frota de veículos flex do Tribunal com etanol, devido à sua menor emissão de gases de efeito estufa em comparação aos combustíveis fósseis.	70% do abastecimento	30/08/2025
		Realizar treinamentos periódicos com motoristas sobre práticas de condução econômica (ecodriving), como evitar acelerações bruscas, manter velocidade constante e planejar deslocamentos.	80% dos motoristas	20/12/2025
		Integrar progressivamente à frota do Tribunal veículos elétricos com implantação de infraestrutura para recarregamento com matriz fotovoltaica (solar).	5%	20/12/2026



	Item	Ação	Meta	Prazo
Escopo 1	CULTURA ORGANIZACIONAL	Realizar ações de capacitação e de sensibilização para os Magistrados (as), servidores (as), estagiários (as) e terceirizados(as) sobre Emissões de GEE.	1 ação	30/09/2025
		Promover campanhas internas para conscientizar Magistrados (as), servidores (as), terceirizados (as) e estagiários (as) para o consumo consciente água, luz, materiais.	1 ação	30/09/2025
	REENGENHARIA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS	Aumentar o uso compartilhado do prédio-sede a fim de reduzir e racionalizar a ocupação de espaço (nº servidores (as), estagiários (as), terceirizados (as) por metro quadrado).	n/a	01/12/2026
		Realocar os servidores (as), estagiários (as), terceirizados (as) de Santa Vitória do Palmar para prédio compartilhado com o TJ.	n/a	01/07/2025
	DESTINAÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS	Realizar campanhas para estimular o uso da compostagem em todas as Varas.	1 ação	30/09/2025



	Item	Ação	Meta	Prazo
Escopo 1	CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Efetivar contratações onerosas e sustentáveis com cooperativas de reciclagem para promover a coleta seletiva (na Capital e onde hoje não há coleta seletiva).	100%	01/07/2025
	CONSUMO SUSTENTÁVEL	Aumentar o percentual do uso de torneiras automáticas (com temporizador).	90%	31/07/2026
		Instalar Sistema de coleta e reutilização da água da chuva em 1 foro.	1 foro	10/03/2026
		Aumentar o percentual de válvulas de descargas com duplo acionamento.	90%	31/07/2026



	Item	Ação	Meta	Prazo
Escopo 2	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Aumentar o percentual de substituição de lâmpadas fluorescentes por de lâmpadas LED.	90%	31/07/2026
		Ampliar instalação de sensores de presença.	100%	01/07/2025
		Aprimorar o monitoramento do sistema de gestão de energia elétrica.	n/a	01/12/2026



	Item	Ação	Meta	Prazo
Escopo 3	TRANSPORTE SUSTENTÁVEL	Analisar a possibilidade de aumento do percentual de servidores em teletrabalho parcial e integral.	n/a	01/12/2026
		Estimular o transporte sustentável, com criação de aplicativo ou grupo de whatsapp para carona solidária, reduzindo as emissões casa-trabalho.	n/a	30/09/2025
		Estruturar o complexo-sede com vestuário e bicicletário para estimular os Magistrados (as), servidores (as), estagiários (as) e terceirizados (as) a deslocarem-se para o trabalho de bicicleta.	n/a	01/07/2025



6. COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE GEE

É preciso que, além de reduzir as emissões, os valores residuais sejam compensados a fim de atingir o equilíbrio em suas atividades, o que deve acontecer até 2030, ou seja, serão necessárias estratégias para compensar emissões que não podem ser totalmente neutralizadas para que o TRT – 4ª Região atinja a neutralidade das emissões de GEE.

Nesse contexto, o TRT4 pretende implementar, até 28 de fevereiro de 2026, ao menos uma ação de compensação de emissões.



7. ESTRATÉGIAS DE COMPENSAÇÃO QUE PODERÃO SER ADOTADAS

A) Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas

Reflorestamento consiste no plantio de árvores em áreas degradadas, enquanto a recuperação promove a restauração de ecossistemas. As árvores absorvem dióxido de carbono da atmosfera enquanto se desenvolvem, ajudando a compensar as emissões de gases poluentes.

Parcerias Locais: Estabelecer colaborações com ONG, cooperativas agrícolas e órgãos ambientais para reflorestar áreas dentro da jurisdição do TRT.

Criação de Viveiros: Incentivar viveiros comunitários para fornecer mudas nativas.

Monitoramento: Adotar tecnologias como drones ou imagens de satélite para acompanhar o crescimento das áreas reflorestadas e a captura do carbono.

Certificação e Credibilidade: Buscar projetos certificados por iniciativas como REDD+ ou Padrão Ouro para Garantia de Carbono (Gold Standard).



B) Projetos de Energias Renováveis

Apoiar projetos que substituam o uso de combustíveis fósseis por fontes de energia limpa (solar, eólica, biomassa, etc.). Essa estratégia evita emissões futuras, contribuindo para a descarbonização do setor energético.

Compra de Certificados de Energia Renovável (RECs): Adquirir créditos vinculados à geração de energia renovável de fornecedores certificados.

Parcerias com Municípios: Apoiar a implantação de painéis solares em prédios públicos locais ou em comunidades vulneráveis.
Certificação e Credibilidade: Escolher projetos certificados por padrões como International Renewable Energy Certificate (I-REC) ou Green-e Energy.



C) Compra de Créditos de Carbono

Aquisição de créditos de carbono provenientes de projetos certificados, que representam emissões evitadas ou capturadas.

Identificação de Projetos: Buscar projetos reconhecidos e alinhados aos valores da instituição, como reflorestamento, energia renovável ou biogás.

Plataformas de Mercado: Usar plataformas como Climate Action Reserve, Gold Standard Marketplace ou bolsas de carbono regionais.



8 - VIGÊNCIA

O Plano de Descarbonização deverá ser revisto anualmente, atualizando as ações para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Este Tribunal incluirá no Relatório do Plano de Logística Sustentável, enviado até 28 de fevereiro de cada ano, capítulo sobre o Programa Justiça Carbono Zero, contendo as medidas de redução e de compensação adotadas no período e resultados alcançados.



9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

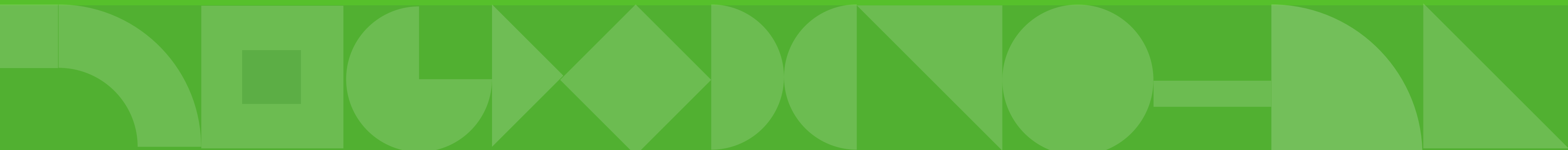
Dada a sua singularidade e caráter inovador, o Plano de Descarbonização do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que faz parte do Programa Justiça Carbono Zero, representa um marco no compromisso institucional com a sustentabilidade e com o combate às mudanças climáticas.

Por meio da elaboração detalhada dos inventários anuais de Gases de Efeito Estufa (GEE) e da implementação de medidas eficazes de mitigação e compensação, o Tribunal, que possui um papel pioneiro em iniciativas sustentáveis, tendo figurado por diversas vezes no 1º lugar do ranking da sustentabilidade, entre as cortes trabalhistas, amplia a busca por soluções que promovam a neutralização de suas emissões de carbono e contribuam para a preservação do meio ambiente.

Painel da Sustentabilidade

O TRT4 conta com um painel interativo para acompanhamento dos indicadores e metas da temática da sustentabilidade tanto pelo público interno quanto pela sociedade em geral.

[clique aqui para acessar](#)



Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

Página no site do TRT4

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL | 2021-2026



TELEFONE

(51) 3255.2690

EMAIL

sustentabilidade@trt4.jus.br